



## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR E GERENCIAMENTO DE RISCOS

**OBJETO:** Análise da viabilidade técnica e econômica para a escolha da melhor solução visando atender à demanda de **Revitalização da Praça Sebastião Camargo**, conforme especificações do Termo de Referência, Memorial Descritivo e demais anexos.

### LEGISLAÇÃO DE REFERÊNCIA

- Lei nº 14.133/2021: Normas para Licitações e Contratos da Administração Pública.
- Resolução TCE/MS nº 88/2018 e suas alterações;
- Decreto Municipal nº 70/2025: Dispõe sobre o Estudo Técnico Preliminar;
- Decreto Municipal nº 95/2025: Dispõe sobre as práticas de gestão de risco; e
- Demais legislações pertinentes.

**REQUISITANTES:** Secretaria Municipal de Infraestrutura

### I. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO, CONSIDERADO O PROBLEMA A SER RESOLVIDO SOB A PERSPECTIVA DO INTERESSE PÚBLICO

A presente contratação decorre da necessidade de revitalização da Praça Sebastião Camargo, localizada no Distrito de Nova Porto XV, Município de Bataguassu/MS, visando promover melhorias na infraestrutura urbana, acessibilidade, segurança, mobilidade e qualidade do espaço público destinado ao lazer, convivência e integração social da população.

Atualmente, o espaço apresenta desgaste natural decorrente do tempo de uso, com necessidade de intervenções estruturais e urbanísticas para recuperação das áreas de circulação, modernização da pavimentação, adequação das condições de acessibilidade, substituição e implantação de mobiliário urbano, melhoria da iluminação pública e requalificação das áreas de convivência e recreação.

Conforme memorial descritivo elaborado pelo setor de engenharia, a revitalização contempla ampla requalificação do espaço público, abrangendo serviços de



demolição e remoção de estruturas deterioradas, implantação de nova pavimentação com piso intertravado e piso tátil, execução de paisagismo, instalação de iluminação pública em LED, implantação de playground, construção de pergolados, mobiliários urbanos e quiosque de alimentação, dentre outras melhorias necessárias à completa modernização da praça.

A Praça Sebastião Camargo constitui importante espaço de convivência social, recreação e lazer para a comunidade do Distrito de Nova Porto XV, sendo amplamente utilizada por crianças, jovens, adultos e idosos. Entretanto, as condições atuais da infraestrutura comprometem o adequado aproveitamento do local, reduzindo o conforto, a segurança e a funcionalidade do espaço público.

Sob a perspectiva do interesse público, a revitalização da praça mostra-se necessária para proporcionar ambiente urbano mais seguro, acessível e adequado às necessidades da coletividade, incentivando o convívio social, a prática de atividades recreativas e esportivas, além da valorização urbanística do distrito. A implantação de melhorias estruturais também contribuirá para a preservação do patrimônio público municipal, redução de custos futuros com manutenções corretivas e ampliação da vida útil das estruturas e equipamentos instalados.

Além disso, a modernização da iluminação pública por meio de luminárias em LED proporcionará maior eficiência energética e segurança aos usuários no período noturno, enquanto a implantação de acessibilidade com piso tátil e adequação das áreas de circulação promoverá inclusão e melhores condições de mobilidade às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

Dessa forma, a contratação da obra de revitalização da Praça Sebastião Camargo mostra-se indispensável para atendimento das demandas da população do Distrito de Nova Porto XV, assegurando melhores condições de uso, funcionalidade, acessibilidade, segurança e bem-estar social, em conformidade com os princípios da eficiência, interesse público e melhoria contínua da infraestrutura urbana municipal.



## **II. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL, SEMPRE QUE ELABORADO, DE MODO A INDICAR O SEU ALINHAMENTO COM O PLANEJAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO.**

A presente contratação está alinhada com o Plano de Contratações Anual para o exercício de 2026, de acordo com a Lei Federal nº. 14.133/2021. O plano foi publicado no Portal Nacional das Contratações Públicas, conforme dados abaixo:

- I) ID PCA no PNCP: 03576220000156-0-000001/2026
- II) Data de publicação no PNCP: 31/10/2025
- III) Data de Republicação no PNCP: 27/05/2026
- IV) Id do item no PCA: 318/2026
- IV) Classe/Grupo: obras

## **III. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

**3.1.** O projeto básico e memorial descritivo estabelecem as condições técnicas a serem obedecidas na execução das obras e serviços, fixando os parâmetros a serem atendidos para materiais, serviços e equipamentos, e são parte integrante destes estudos, bem como dos contratos de obras e serviços.

**3.2.** Os serviços deverão ser prestados por empresa especializada, devidamente regulamentada e autorizada pelos órgãos competentes, em conformidade pela legislação vigente e padrões exigidos nesse instrumento, Termo de Referência e no Projeto Básico.

**3.3.** A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, Termo de Referência, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

**3.4.** A Contratada deve responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

**3.5.** A Contratada deve manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.



**3.6.** A Contratada sujeitar-se-á a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte do Município, encarregada de acompanhar a execução dos serviços, prestando esclarecimentos solicitados, atendendo as reclamações formuladas.

**3.7.** O objeto contratado deverá estar dentro das normas de Legislação vigente de qualidade/técnica, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei nº 8.078 de 11/09/90 – Código de Defesa do Consumidor.

**3.8.** A Contratada deverá:

**a)** Responsabilizar-se com a execução dos serviços contratados, bem como com as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da execução do objeto. A inadimplência da contratada, com referência a esses encargos, não transfere a contratante a responsabilidade de seu pagamento, nem poderá onerar o objeto contratado;

**b)** Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao Município de Bataguassu ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização ou acompanhamento pelo representante do Município;

**c)** Cumprir todas as leis e posturas federais, estaduais e municipais pertinentes e responsabilizar-se por todos prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa.

**d)** Comunicar ao Órgão Gestor, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

**e)** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133/2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

**f)** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução.

**g)** Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente contratação.



**3.9.** As penalidades ou multas impostas pelos órgãos competentes pelo descumprimento das disposições legais que regem a execução do objeto do presente Termo serão de inteira responsabilidade da Contratada, devendo, se for o caso, obter licenças, providenciar pagamento de impostos, taxas e serviços auxiliares.

**3.10.** Comunicar aos fiscais de contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto.

**3.11.** A Contratada deverá paralisar, por determinação do Órgão Gestor, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

**3.12.** A Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133/2021.

**3.13.** As comunicações entre o órgão ou entidade e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

**3.14.** O objeto da contratação deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**3.15.** Em caso de inexecução total ou parcial do pactuado, em razão do descumprimento de qualquer das condições avençadas, a contratada ficará sujeita às penalidades pertinentes, nos termos da Lei n. 14.133/2021 e Decreto Municipal n. 057/2026.

### **3.16. Especificação (detalhamento)**

**3.16.1.** O objeto da presente contratação é:

Item	Código	Descrição do Produto/Serviço	Unid.	Quant.
01	004.004.183	REVITALIZAÇÃO PRAÇA SEBASTIÃO CAMARGO DISTRITO DE NOVA PORTO XV. Contratação de empresa especializada para execução da obra de Revitalização da Praça Sebastião Camargo, localizada no	Obra	01



		<p>Distrito de Nova Porto XV, no Município de Bataguassu/MS, conforme projetos, memorial descritivo, planilhas orçamentárias, cronograma físico-financeiro e demais documentos técnicos elaborados pelo setor de engenharia.</p> <p>A obra contempla serviços de:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>demolição e remoção;</li><li>pavimentação e acessibilidade;</li><li>implantação de piso tátil;</li><li>instalação de mobiliário urbano;</li><li>paisagismo;</li><li>iluminação pública em LED;</li><li>construção de pergolados;</li><li>instalação de academia ao ar livre;</li><li>implantação de playground;</li><li>construção de quiosque com instalações elétricas e hidrossanitárias;</li><li>revestimentos, pintura e acabamentos em geral.</li></ul> <p>Integram o processo os seguintes documentos técnicos:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>Orçamento Sintético;</li><li>Orçamento Analítico;</li><li>Cronograma Físico-Financeiro;</li><li>Curva ABC;</li><li>Composição do BDI;</li><li>Memória de Cálculo;</li><li>Memorial Descritivo;</li><li>Declaração de Atividade Isenta – IMASUL;</li><li>RRT referente ao projeto, orçamento e fiscalização;</li><li>Projeto Arquitetônico contendo 10 pranchas técnicas.</li></ul>		
--	--	---	--	--

### 3.17. Tipo de Serviço

**3.17.1.** O objeto deste estudo é a revitalização da Praça Sebastião Camargo, localizada no Distrito de Nova Porto XV. A obra será executada utilizando metodologia construtiva convencional, observando critérios técnicos de engenharia, segurança, acessibilidade, funcionalidade e durabilidade das estruturas, instalações e demais elementos previstos





no projeto. O projeto possui natureza de obra de engenharia e enquadra-se como obra comum de engenharia, nos termos da alínea “a” do inciso XXI do artigo 6º da Lei Federal nº 14.133/2021, contemplando serviços de infraestrutura, construção civil, estrutura metálica, cobertura, instalações elétricas, urbanização, drenagem, paisagismo e implantação de equipamentos esportivos.

**3.17.2** Considerando os aspectos do projeto de engenharia para execução da obra, caracteriza-se a obra como Obra Comum de Engenharia, levando em conta que:

- a)** Os serviços a serem realizados possuem um nível reduzido de complexidade técnica;
- b)** Esses serviços são comumente executados pela Administração Pública;
- c)** Os métodos construtivos, equipamentos e materiais empregados são amplamente utilizados no setor de construção de complexos públicos;
- d)** Os critérios de desempenho e qualidade são avaliados com base em especificações técnicas padrão;
- e)** Há uma variedade de empresas qualificadas e capazes de participar do processo licitatório.

### **3.18. Subcontratação**

**3.18.1.** Não deverá transferir a terceiros, por qualquer forma, nem subcontratar qualquer parte do objeto.

### **3.19. Garantia da contratação**

**3.19.1.** Será exigida a garantia da contratação de quem tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual de até 5%, nas condições descritas no Termo de Referência e nas cláusulas do contrato, considerando o valor estimado da contratação e por se tratar da execução de obras públicas.

**3.19.2.** Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

**3.19.3.** A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

**3.19.4.** O Contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

### **3.20. Vistoria**



**3.20.1.** Para garantir que as propostas apresentadas pelos licitantes sejam compatíveis com as reais condições do local de execução dos serviços, é imprescindível a realização de vistoria prévia. A vistoria permitirá que os licitantes compreendam plenamente as especificidades e possíveis desafios inerentes ao projeto, incluindo, mas não se limitando a:

- a)** Acesso ao local e logística de transporte de materiais.
- b)** Infraestrutura existente que pode impactar a execução dos serviços.
- c)** Condições topográficas e ambientais que exigem adaptações específicas.
- d)** Necessidade de coordenação com outras obras ou serviços já em andamento no local.

**3.20.2.** A exigência da vistoria prévia visa assegurar a apresentação de propostas realistas, minimizar a necessidade de aditivos contratuais e promover a equidade entre os concorrentes, uma vez que todos terão acesso às mesmas informações detalhadas sobre o local da obra.

#### **IV. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADAS DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHEM DÃO SUPORTE, QUE CONSIDEREM INTERDEPENDÊNCIAS COM OUTRAS CONTRATAÇÕES, DE MODO A POSSIBILITAR ECONOMIA DE ESCALA.**

A estimativa das quantidades e o cálculo dos valores elencados foi realizada pela equipe de Engenharia da Prefeitura Municipal.

O quantitativo da contratação foi estabelecido com base na demanda para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Infraestrutura, no atendimento da demanda de revitalização da Praça Sebastião Camargo.

O quantitativo total está disponibilizado através de planilha orçamentária, que contém os quantitativos e os respectivos preços unitários de cada serviço.

Os serviços deverão ser realizados na Praça Sebastião Camargo, localizada no distrito de Nova Porto XV, no município de Bataguassu-MS, conforme elencado nos projetos de engenharia e memória de cálculo.





## V. LEVANTAMENTO DE MERCADO, QUE CONSISTE NA ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS POSSÍVEIS, E JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR.

O levantamento de mercado consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar. Após a verificação do objeto demandado e dos requisitos da contratação foi realizado o levantamento de mercado, que identificou as seguintes opções disponíveis para solucionar o problema:

**a) Manutenção corretiva pontual, com execução apenas de reparos localizados no entorno da praça e substituição parcial do mobiliário urbano:** consistiria na realização de reparos isolados em calçadas, bancos, iluminação e pintura, sem reformulação global do espaço. Embora apresente menor desembolso inicial, tal alternativa mostra-se insuficiente para solucionar de forma definitiva os problemas existentes, uma vez que preservaria estruturas já defasadas, não promoveria modernização do ambiente, limitaria os ganhos de acessibilidade e poderia gerar recorrência de gastos com novos reparos em curto prazo.

**b) Manutenção direta pela Administração, com utilização de mão de obra própria e aquisição isolada de materiais:** verificou-se que a execução da solução demanda serviços especializados e integrados (incluindo serviços preliminares, regularização, pavimentação, urbanização, instalações e demais etapas previstas em projeto), o que exige planejamento técnico, disponibilidade contínua de equipes, equipamentos e logística compatível com o cronograma. Assim, a execução direta se mostra limitada diante da estrutura operacional do Município e da necessidade de assegurar padronização, qualidade técnica e responsabilidade integral pela obra, especialmente quanto ao cumprimento de normas técnicas aplicáveis e à coordenação simultânea de múltiplas frentes de serviço.

**c) Locação/contratação de estruturas temporárias para recompor parcialmente o uso do espaço público:** essa alternativa envolve, por exemplo, instalação provisória de elementos de lazer e convivência, contudo, ela não resolve o problema de forma definitiva, não atende ao objetivo de requalificação urbanística e não



representa economicidade, pois implicaria dispêndios recorrentes sem entrega de bem durável incorporado ao patrimônio público.

**d) Contratação de empresa especializada para execução de obra de revitalização, incluindo a mão de obra, materiais e todos os equipamentos necessários, conforme projetos e memorial descritivo:** diante das alternativas avaliadas, concluiu-se que essa é a solução mais adequada, pois assegura maior eficiência na execução, melhor controle de qualidade, atendimento às normas técnicas e compatibilidade com o planejamento urbano previsto, além de possibilitar a entrega de solução completa e integrada, com intervenções estruturadas que incluem melhorias significativas, como nova pavimentação, acessibilidade, mobiliário urbano, playground, iluminação, paisagismo, pintura, construção de quiosque e implantação de academia ao ar livre.

Sob o ponto de vista econômico, a contratação integrada por obra apresenta maior racionalidade de custos quando comparada a intervenções parciais e sucessivas, reduzindo retrabalhos, desperdícios e custos indiretos decorrentes de paralisações, contratações repetidas e manutenções frequentes. Além disso, a execução conforme planejamento técnico único favorece a durabilidade dos serviços e o adequado aproveitamento dos recursos públicos, com incorporação permanente de melhorias ao patrimônio municipal.

Assim, tecnicamente e economicamente, justifica-se a escolha pela execução integral da revitalização da Praça Sebastião Camargo por empresa do ramo da construção civil, em regime compatível com obras públicas, com base em projetos e especificações técnicas previamente definidos, garantindo a recomposição do espaço e a requalificação urbana necessária ao pleno atendimento do interesse público.

Por fim, quanto ao modo de se contratar a prestação dos serviços, foram analisadas as diversas modalidades disponíveis na legislação, sendo mais adequada a realização de processo licitatório na modalidade **concorrência**, tendo em vista que se trata de obra de engenharia com valor estimado superior ao limite de dispensa de licitação.



Nesse sentido, a solução apresentada neste estudo é a realização de licitação na modalidade **CONCORRÊNCIA**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com formalização de Contrato Administrativo, para a execução dos serviços de Revitalização da Praça Sebastião Camargo, conforme o Termo de Referência, Memorial Descritivo e demais anexos, visando atender às necessidades da Secretaria Municipal de Infraestrutura.

**VI. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADA DOS PREÇOS UNITÁRIOS REFERENCIAIS, DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE, QUE PODERÃO CONSTAR DE ANEXO CLASSIFICADO, SE A ADMINISTRAÇÃO OPTAR POR PRESERVAR O SEU SIGILO ATÉ A CONCLUSÃO DA LICITAÇÃO.**

O valor estimado da contratação é de **R\$ 1.288.903,31 (um milhão, duzentos e oitenta e oito mil, novecentos e três reais e trinta e um centavos)**. A presente estimativa foi auferida com base na Planilha Orçamentária, anexa ao processo.

**VII. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO INCLUSIVE DAS EXIGÊNCIAS RELACIONADAS À MANUTENÇÃO E À ASSISTÊNCIA TÉCNICA, QUANDO FOR O CASO.**

A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada em engenharia para execução da obra de revitalização da Praça Sebastião Camargo, localizada no Distrito de Nova Porto XV, Município de Bataguassu/MS, contemplando a execução integral dos serviços de infraestrutura, urbanização, acessibilidade, paisagismo, iluminação pública, implantação de mobiliário urbano e construção de estruturas de apoio, conforme projetos executivos, memorial descritivo, planilhas orçamentárias, cronograma físico-financeiro e demais documentos técnicos elaborados pelo setor de engenharia municipal.

A solução contempla, dentre outros serviços:

- demolição e remoção de estruturas existentes deterioradas;
- execução de nova pavimentação com piso intertravado e piso de concreto;



- implantação de piso tátil direcional e de alerta, em conformidade com as normas de acessibilidade;
- instalação de iluminação pública em LED;
- implantação de playground e áreas de convivência;
- instalação de mobiliário urbano, bancos, mesas e pergolados;
- execução de paisagismo, arborização e implantação de grama;
- construção de quiosque com instalações elétricas e hidrossanitárias;
- execução de pintura, acabamentos e limpeza final da obra.

A contratação deverá ocorrer de forma integrada, considerando a interdependência entre os serviços de engenharia, urbanização, instalações elétricas, paisagismo e mobiliário urbano, garantindo compatibilidade técnica entre as etapas executivas, padronização dos acabamentos, melhor controle tecnológico dos materiais empregados e maior eficiência na execução da obra.

Os serviços deverão ser executados em conformidade com as normas técnicas vigentes da ABNT, legislações aplicáveis à construção civil, normas de acessibilidade, segurança do trabalho e demais regulamentos pertinentes, observando rigorosamente os projetos executivos e especificações constantes no memorial descritivo.

Todos os materiais utilizados deverão ser novos, de primeira qualidade e adequados às condições de uso em área pública externa, garantindo durabilidade, resistência mecânica, segurança e facilidade de manutenção. As estruturas de concreto, instalações elétricas, pavimentações, mobiliários e demais elementos deverão possuir desempenho compatível com a utilização contínua do espaço pela população.

No que se refere à manutenção e assistência técnica, a contratada será responsável pela garantia dos serviços executados, bem como pela correção de eventuais falhas, defeitos construtivos, vícios de execução ou problemas decorrentes da utilização inadequada de materiais ou execução em desconformidade com os projetos e normas técnicas aplicáveis.

Durante o período de garantia, a contratada deverá realizar, sem ônus para a Administração: reparos e correções necessárias nos serviços executados; substituição de materiais ou equipamentos que apresentem defeitos ou inconformidades; correção



de falhas decorrentes de execução inadequada; e atendimento às solicitações da fiscalização municipal relacionadas aos serviços executados.

A assistência técnica será necessária especialmente para assegurar o adequado funcionamento das instalações elétricas, iluminação pública em LED, estruturas de concreto, pavimentação, mobiliário urbano, playground, pergolados e demais elementos implantados na revitalização da praça, garantindo segurança, funcionalidade, durabilidade e adequada conservação do patrimônio público municipal.

### **Justificativa Técnica para Inversão das Fases do Procedimento Licitatório**

A Lei nº 14.133/2021 estabelece, como regra geral, a inversão das fases do procedimento licitatório, com o julgamento das propostas antecedendo a fase de habilitação, conforme disposto no art. 17, caput, incisos III a V.

Todavia, o § 1º do referido dispositivo legal autoriza expressamente a adoção da ordem inversa, permitindo que a fase de habilitação anteceda o julgamento das propostas, desde que haja motivação técnica demonstrando os benefícios concretos da medida e previsão expressa no edital.

No caso da presente Concorrência Eletrônica, a adoção da habilitação prévia mostra-se plenamente justificável diante da complexidade técnica do objeto, do elevado vulto financeiro da contratação e dos relevantes riscos administrativos e financeiros inerentes à execução da obra pública.

#### **1. Do elevado vulto econômico da contratação e da relevância da obra para o Município**

A presente contratação possui valor estimado de R\$ 1.288.903,31 (um milhão, duzentos e oitenta e oito mil, novecentos e três reais e trinta e um centavos), representando empreendimento de grande impacto financeiro para a Administração Municipal, envolvendo significativa aplicação de recursos públicos destinados à infraestrutura urbana.

A obra possui elevada relevância social e urbanística, uma vez que contempla envolve serviços de engenharia civil, urbanização, acessibilidade, pavimentação, iluminação pública, paisagismo, execução de estruturas em concreto, pergolados,





quiosque e implantação de mobiliário urbano, demandando mão de obra qualificada, capacidade técnico-operacional e experiência comprovada da futura contratada.

Além disso, obras dessa natureza possuem elevada sensibilidade operacional, pois eventual paralisação ou abandono ocasiona impactos diretos à coletividade, comprometendo vias públicas, drenagem urbana, trânsito, acessibilidade e segurança dos moradores.

Dessa forma, torna-se imprescindível assegurar, previamente à fase competitiva, que somente empresas efetivamente qualificadas participem do certame.

## **2. Do risco de inexecução contratual e da necessidade de filtragem prévia de empresas sem capacidade operacional**

A experiência administrativa demonstra que licitações de elevado valor econômico frequentemente atraem empresas sem capacidade efetiva de execução, que apresentam propostas excessivamente reduzidas sem possuir estrutura compatível para cumprimento do contrato.

A ausência de verificação prévia da habilitação pode ocasionar graves prejuízos à Administração Pública, tais como:

- a)** paralisação da obra após o início da execução;
- b)** abandono contratual por incapacidade financeira ou operacional da contratada;
- c)** necessidade de rescisão contratual e realização de novo procedimento licitatório;
- d)** deterioração das áreas parcialmente executadas;
- e)** aumento dos custos administrativos e financeiros da obra;
- f)** prejuízo à população beneficiária e comprometimento do planejamento urbano municipal;
- g)** risco de perda de recursos vinculados e desequilíbrio do cronograma físico-financeiro.

A habilitação prévia permite afastar, logo no início do procedimento, empresas sem qualificação técnica adequada, sem regularidade fiscal ou



trabalhista, sem capacidade econômico-financeira compatível ou sem experiência comprovada em obras similares.

### **3. Dos benefícios concretos decorrentes da habilitação prévia**

A adoção da inversão das fases proporciona benefícios concretos à Administração Pública, especialmente diante da magnitude da presente contratação.

Inicialmente, promove maior segurança jurídica e administrativa, garantindo que apenas licitantes efetivamente aptos participem da fase de julgamento das propostas e lances.

Também assegura maior proteção ao erário, reduzindo significativamente o risco de contratação de empresas sem capacidade de execução, circunstância especialmente relevante em obras de infraestrutura urbana de elevado valor econômico.

Além disso, a medida favorece a eficiência procedimental e a economicidade administrativa, evitando a análise detalhada de propostas apresentadas por empresas que seriam posteriormente inabilitadas.

A habilitação prévia também contribui para a continuidade e regularidade da execução contratual, reduzindo riscos de paralisação, atrasos injustificados e abandono de obra, situações que historicamente geram elevados prejuízos financeiros e sociais à Administração Pública.

Por fim, a medida encontra respaldo nas boas práticas de governança pública e gestão de riscos em contratações de engenharia de grande porte, estando alinhada aos princípios da eficiência, planejamento, segurança jurídica e proteção do interesse público previstos na Lei nº 14.133/2021.

Diante do exposto, justifica-se tecnicamente a adoção da inversão das fases prevista no art. 17, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, com a realização da fase de habilitação anteriormente ao julgamento das propostas, no âmbito da presente Concorrência Eletrônica, em razão do elevado vulto econômico da contratação, da complexidade técnica do objeto e da necessidade de mitigação dos riscos de



inexecução contratual, em observância aos princípios da eficiência, economicidade, segurança jurídica e proteção do interesse público.

### **Justificativa da não participação de consórcio de empresas**

Nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133/2021, a vedação à participação de empresas em consórcio deve ser devidamente motivada. No presente caso, o objeto não se caracteriza como de grande vulto, tampouco envolve alta complexidade técnica, o que afasta a necessidade de permitir a formação de consórcios, conforme parâmetros legais.

Adicionalmente, a estrutura administrativa da Prefeitura de Bataguassu é enxuta, não dispondo de recursos adequados para gerenciar contratações com consórcios, o que poderia comprometer a eficiência da gestão contratual. Ressalta-se ainda que a permissão para atuação consorciada poderia reduzir a competitividade do certame, ao favorecer a união de potenciais concorrentes.

Dessa forma, a vedação à participação de consórcios visa preservar a ampla concorrência e a vantajosidade da contratação, sem prejuízos técnicos ou econômicos à Administração.

### **Qualificação Econômico-Financeira**

A exigência de apresentação da certidão negativa de falência (conforme o art. 69, inciso II, da Lei nº 14.133/2021) e/ou balanço patrimonial é essencial para assegurar que a licitante se encontra em situação financeira saudável, diminuindo o risco de interrupção na execução do contrato devido a questões econômicas adversas, como insolvência ou falência. Essa medida é indispensável para proteger o interesse público, garantindo a continuidade dos serviços ou obras objeto da licitação.

### **Qualificação Técnico-Operacional**

A comprovação de capacidade técnico-operacional, por meio de atestados ou certidões que evidenciem a realização de atividades similares em características, quantidade, prazo e complexidade tecnológica compatíveis com o objeto licitado, é



indispensável para assegurar que a licitante possui experiência e capacidade técnica para executar o serviço licitado.

No caso específico das obras de engenharia, tal requisito fundamenta-se na necessidade de garantir a entrega de um serviço que atenda aos padrões de qualidade e prazos esperados pela Administração Pública.

## **VIII. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO**

Nos termos do art. 47, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, as licitações atenderão ao princípio do parcelamento, quando tecnicamente viável e economicamente vantajoso. Na aplicação deste princípio, o § 1º do mesmo Art. 47 estabelece que devem ser considerados a responsabilidade técnica, o custo para a Administração de vários contratos frente às vantagens da redução de custos com a divisão do objeto em itens, e o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

Para a obra de revitalização da Praça Sebastião Camargo, a análise técnica sugere que o parcelamento pode resultar em complexidade adicional e potencial comprometimento da integridade dos serviços a serem executados. A divisão da obra poderia gerar dificuldades na coordenação entre os diferentes contratos, prejudicando a qualidade e a eficiência da execução. Os riscos associados à divisão do projeto superam os benefícios da competição ampliada, considerando a interdependência entre as etapas da restauração e a necessidade de um processo contínuo e bem coordenado.

Considerando o caráter integrado dos serviços a serem prestados, a decisão é pela **NÃO ADOÇÃO DO PARCELAMENTO**. A justificativa baseia-se no potencial risco técnico e operacional que a divisão da obra implicaria, além de aumentar os custos de gestão e supervisão do contrato. Optou-se por manter o projeto como um contrato único para garantir a eficiência na execução e a qualidade do resultado final.

Esta decisão alinha-se aos preceitos do Artigo 40, § 3º, da Lei nº 14.133/2021, garantindo que a gestão do contrato permaneça eficaz e que os objetivos de qualidade e integridade da obra sejam mantidos. A opção por não parcelar o objeto reflete uma abordagem prudente, que valoriza a entrega de uma infraestrutura urbana duradoura e segura para a população de Bataguassu.



## **IX. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS EM TERMOS DE ECONOMICIDADE E DE MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS E FINANCEIROS DISPONÍVEIS**

A contratação da obra de revitalização da Praça Sebastião Camargo tem como objetivo proporcionar melhorias significativas na infraestrutura urbana do Distrito de Nova Porto XV, assegurando maior funcionalidade, segurança, acessibilidade e qualidade do espaço público destinado ao lazer e convivência da população.

Em termos de economicidade, a solução proposta busca otimizar a aplicação dos recursos públicos por meio da execução integrada dos serviços de engenharia, urbanização, paisagismo, iluminação pública e implantação de mobiliário urbano em uma única contratação, permitindo melhor planejamento executivo, redução de custos administrativos, racionalização logística e maior controle da execução contratual.

A centralização da execução dos serviços em um único contrato também possibilita ganhos de escala relacionados à mobilização de equipamentos, aquisição de materiais, utilização de mão de obra especializada e gerenciamento da obra, reduzindo desperdícios, retrabalhos e incompatibilidades entre etapas executivas.

Os resultados pretendidos incluem ainda a diminuição futura de despesas com manutenção corretiva, considerando que a revitalização contempla substituição de estruturas deterioradas, implantação de novos pavimentos, modernização da iluminação pública com tecnologia LED de maior eficiência energética e utilização de materiais mais duráveis e adequados ao uso contínuo em espaço público.

Quanto ao aproveitamento dos recursos humanos, a contratação permitirá que a Administração concentre a atuação de sua equipe técnica na fiscalização e acompanhamento da execução contratual, sem necessidade de utilização de servidores municipais para execução direta dos serviços, os quais demandam mão de obra especializada, equipamentos específicos e conhecimento técnico próprio da construção civil.

No aspecto financeiro, a revitalização da praça contribuirá para preservação do patrimônio público municipal, ampliação da vida útil das estruturas implantadas e valorização urbanística do Distrito de Nova Porto XV, promovendo ambiente mais





adequado para convivência social, recreação e realização de atividades comunitárias, atendendo de forma eficiente às demandas da população.

Além disso, a implantação de soluções de acessibilidade, paisagismo, iluminação eficiente e novos espaços de convivência proporcionará melhor utilização do espaço público pela coletividade, fortalecendo o convívio social, incentivando práticas recreativas e esportivas e promovendo melhoria na qualidade de vida da população local.

Dessa forma, a contratação mostra-se alinhada aos princípios da eficiência, economicidade e interesse público, assegurando melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis pela Administração Municipal.

**X. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, TAIS COMO ADAPTAÇÕES NO AMBIENTE DO ÓRGÃO OU DA ENTIDADE, NECESSIDADE DE OBTENÇÃO DE LICENÇAS, OUTORGAS OU AUTORIZAÇÕES, CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL.**

Antes da celebração do contrato, a Administração Municipal deverá adotar um conjunto de providências com vistas a garantir a regularidade jurídica, técnica e operacional da contratação, conforme determina a Lei nº 14.133/2021. Tais medidas visam assegurar a adequada execução do objeto, o controle eficiente da aplicação dos recursos públicos e o cumprimento das exigências legais e administrativas pertinentes.

As principais providências incluem:

**a)** Análise jurídica e orçamentária do processo, com verificação da compatibilidade da despesa com o orçamento vigente e da legalidade da minuta contratual.

**b)** Designação formal dos servidores responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato, com publicação de portarias específicas, em conformidade com os artigos 117 a 120 da Lei nº 14.133/2021.

**c)** Atualização dos registros de planejamento e transparência, com publicação das informações no Portal da Transparência do Município e demais sistemas de controle interno e externo, garantindo o acesso público aos dados do procedimento.



Essas providências são essenciais para assegurar que o contrato seja celebrado com segurança jurídica, que a execução ocorra dentro dos parâmetros técnicos e legais previstos, e que a Administração atue de forma preventiva na mitigação de riscos contratuais.

## XI. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Não há contratações correlatas ou interdependentes.

## XII. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS, INCLUÍDOS REQUISITOS DE BAIXO CONSUMO DE ENERGIA E DE OUTROS RECURSOS, BEM COMO LOGÍSTICA REVERSA PARA DESFAZIMENTO E RECICLAGEM DE BENS E REFUGOS, QUANDO APLICÁVEL.

Considerando que trata-se de obra de engenharia e ainda que, a administração municipal não dispõe de um profissional técnico da área ambiental (engenheiro ambiental ou similar) para realizar o levantamento de possíveis impactos ambientais e suas medidas mitigadoras, esta equipe de planejamento deixará de abordar este tópico.

## XIII. GERENCIAMENTO DE RISCO

<b><u>RISCO 1</u></b>	<b>Planejamento deficiente, causando prejuízo na execução das etapas do objeto.</b>
<b>ETAPA</b>	( <input checked="" type="checkbox"/> ) Planejamento ( ) Seleção do fornecedor ( ) Execução do Contrato
<b>Probabilidade</b>	( ) Muito baixo ( <input checked="" type="checkbox"/> ) Baixo ( ) Médio ( ) Alto ( ) Muito alto
<b>Impacto</b>	( ) Muito baixo ( ) Baixo ( <input checked="" type="checkbox"/> ) Médio ( ) Alto ( ) Muito alto
<b>Medida(s)</b>	Realizar planejamento eficiente e quantificar adequadamente o objeto, conforme a realidade do município. Revisão dos quantitativos.
<b>Responsável</b>	Setor de Engenharia
<b><u>RISCO 2</u></b>	<b>Elaboração do Termo de Referência (TR) inadequado.</b>



<b>ETAPA</b>	( <input checked="" type="checkbox"/> ) Planejamento ( ) Seleção do fornecedor ( ) Execução do Contrato
<b>Probabilidade</b>	( ) Muito baixo ( <input checked="" type="checkbox"/> ) Baixo ( ) Médio ( ) Alto ( ) Muito alto
<b>Impacto</b>	( ) Muito baixo ( ) Baixo ( <input checked="" type="checkbox"/> ) Médio ( ) Alto ( ) Muito alto
<b>Medida (s)</b>	Elaborar adequadamente o projeto básico, conforme as características do objeto contratado e solicitar a revisão deste pelo setor competente. Refazer o Termo de Referência.
<b>Responsável</b>	Equipe de Planejamento / Setor de Engenharia
<b><u>RISCO 3</u></b>	<b>Propostas com preços inexequíveis</b>
<b>ETAPA</b>	( ) Planejamento ( <input checked="" type="checkbox"/> ) Seleção do fornecedor ( ) Execução do Contrato
<b>Probabilidade</b>	( ) Muito baixo ( ) Baixo ( <input checked="" type="checkbox"/> ) Médio ( ) Alto ( ) Muito alto
<b>Impacto</b>	( ) Muito baixo ( ) Baixo ( <input checked="" type="checkbox"/> ) Médio ( ) Alto ( ) Muito alto
<b>Medida (s)</b>	Exigência de planilhas detalhadas e análise de composição de custos; aplicação da regra do §3º do art. 59 da Lei 14.133/21
<b>Responsável</b>	Pregoeiro.
<b><u>RISCO 4</u></b>	<b>Contratação de empresa incapaz de executar o contrato.</b>
<b>ETAPA</b>	( ) Planejamento ( <input checked="" type="checkbox"/> ) Seleção do fornecedor ( ) Execução do Contrato
<b>Probabilidade</b>	( ) Muito baixo ( <input checked="" type="checkbox"/> ) Baixo ( ) Médio ( ) Alto ( ) Muito alto
<b>Impacto</b>	( ) Muito baixo ( ) Baixo ( <input checked="" type="checkbox"/> ) Médio ( ) Alto ( ) Muito alto
<b>Medida (s)</b>	Avaliação da capacidade técnico operacional da empresa a ser contratada. Rescisão contratual e reinício da contratação.



<b>Responsável</b>	Pregoeiro / Setor de Engenharia
<b><u>RISCO 5</u></b>	<b>Atraso na execução e descumprimento do cronograma.</b>
<b>ETAPA</b>	( ) Planejamento ( ) Seleção do fornecedor ( X ) Execução do Contrato
<b>Probabilidade</b>	( ) Muito baixo ( ) Baixo ( ) Médio ( X ) Alto ( ) Muito alto
<b>Impacto</b>	( ) Muito baixo ( ) Baixo ( ) Médio ( X ) Alto ( ) Muito alto
<b>Medida (s)</b>	Fiscalizar o contrato e prazo de execução proposto. Aplicação de notificação e penalidades para que a contratada cumpra o cronograma.
<b>Responsável</b>	Fiscal do contrato
<b><u>RISCO 6</u></b>	<b>Execução do objeto em desacordo com o contratado</b>
<b>ETAPA</b>	( X ) Planejamento ( ) Seleção do fornecedor ( X ) Execução do Contrato
<b>Probabilidade</b>	( ) Muito baixo ( ) Baixo ( X ) Médio ( ) Alto ( ) Muito alto
<b>Impacto</b>	( ) Muito baixo ( ) Baixo ( X ) Médio ( ) Alto ( ) Muito alto
<b>Medida (s)</b>	Elaboração do projeto básico e especificações técnicas adequadas, fiscalização do contrato e dos serviços executados.
<b>Responsável</b>	Setor de Engenharia / Fiscal do contrato
<b><u>RISCO 7</u></b>	<b>Aumento inesperado no custo de insumos.</b>
<b>ETAPA</b>	( X ) Planejamento ( ) Seleção do fornecedor ( X ) Execução do Contrato
<b>Probabilidade</b>	( ) Muito baixo ( ) Baixo ( X ) Médio ( ) Alto ( ) Muito alto
<b>Impacto</b>	( ) Muito baixo ( ) Baixo ( X ) Médio ( ) Alto ( ) Muito alto



<b>Medida (s)</b>	Previsão contratual de reequilíbrio econômico-financeiro conforme art. 124 da Lei 14.133/21; análise prévia de viabilidade financeira.
<b>Responsável</b>	Equipe de Planejamento, Fiscal de Contrato.

Mapa de Riscos:

I M P A C T O	P R O B A B I L I D A D E					
		MUITO BAIXO	BAIXO	MÉDIO	ALTO	MUITO ALTO
	MUITO ALTO	Médio	Alto	Extremo	Extremo	Extremo
	ALTO	Médio	Alto	Alto	Alto	Extremo
	MÉDIO	Médio	Médio	Alto	Alto	Extremo
	BAIXO	Baixo	Baixo	Médio	Alto	Alto
	MUITO BAIXO	Baixo	Baixo	Médio	Médio	Médio

LEGENDA: Vermelho: Risco extremo – Amarelo: Risco alto – Branco: Risco médio e Verde: Risco baixo

#### XIV. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO

Após análises e levantamentos, com base no estudo exposto acima, pode-se concluir que o objeto de contratação do presente ETP é viável, além de ser necessário para o atendimento das necessidades de infraestrutura urbana de Bataguassu, estando em conformidade com a Lei Orçamentária Anual – Lei Municipal nº 3.228/2025.

Bataguassu-MS, 19 de junho de 2026.





PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**BATAGUASSU**  
ORDEM E PROGRESSO | 2025 - 2028

**SEPLAN**

Secretaria Municipal de  
Planejamento e Licitações

**Elaboração:**

**Nathália Schulz Cardoso**

Equipe de Planejamento  
Portaria n. 709/2025

**Geovani Tavares Martim**

Equipe de Planejamento  
Portaria n. 709/2025

**Vivian Gurke Waldow**

Arquiteta e Urbanista  
CAU-MS A252938-6

**Aprovado por:**

**Eliane de Oliveira Souza**

Secretária Municipal de Infraestrutura